

Papéis invertidos

WILSON FIGUEIREDO

Um grampo de bom tamanho caiu no colo da oposição que faturou politicamente, sem investir um real, a temporada dessa mal contada história que começou com papéis suspeitos e acabou em demissão de gente graúda. Segundo a recomendação do desautorizado (pelos concorrentes) empresário de revoluções Karl Marx, a ordem natural foi desrespeitada e a farsa acabou encenada antes da tragédia. A ordem dos fatores, porém, não altera o resultado político.

Nem a própria História se dá mais à observância da proibição de se repetir, pela qual ficava reservada aos grandes dramas a honra de abrir a temporada e deixar a farsa para quem viesse depois. Foi assim: tão logo se aplacou a interpretação divergente da eleição, foram todos tirar a sesta temporariamente satisfeitos. A democracia é farta e suficiente para todos. Nesse momento os papéis falsos, sem oportunidade na campanha eleitoral, passaram a circular com inesperada credibilidade. A oposição se recusou, depois de passar os olhos no material, a utilizá-lo a serviço de terceiros, os suspeitos de sempre. O governo teve muito antes conhecimento dos papéis, mas os avaliou com superioridade e amorosismo. Não viu valor literário. E a História, que já fez tantas com Marx e os marxistas, fez pior com o presidente e seus tucanos: enfiou gente de confiança no folhetim de autor incerto.

Por trás da cena em que se moviam os grampeados, o sobrenatural garantiu o anonimato na batalha tardia contra a privatização das teles. A questão ética que o governo pro-

pôs como preliminar – ato ilegal não pode gerar efeito moral – não pegou. A opinião pública tirou do baú o eterno moralismo que só se aplaca com demissões e punições. A classe média cultua valores de que nenhum governo gosta de tomar conhecimento.

O aspecto que convém considerar preventivamente diz respeito ao que tudo isso poderá representar, em seus desdobramentos, para o segundo mandato presidencial, tendo em conta a pessoa do seu gestor máximo, que não é dotado das chamadas prendas políticas (não confundir com o expositor eloquente e o poliglota). Um mandato destacou o que falta a Fernando Henrique para fazer política, como os políticos querem que ela seja, e não com a superioridade paulista. O episódio do grampo tirou proveito da insuficiente reação presidencial diante do inesperado. Teve em mãos com antecedência os papéis falsos e as gravações do BNDES, mas acreditou na inércia oposicionista a que se acostumou. A demissão prévia não tirou o sono presidencial nem passou pela cabeça dos assessores também destituídos de senso político.

Nessas horas Fernando Henrique faz o tipo que é o último a atinar com o sentido da anedota: entre o desfecho e o sorriso, o constrangimento se prolonga e incomoda os demais. Socialmente tudo acaba em riso, mas não na coisa pública. Falta ao presidente a faísca política. Está mais para a reflexão (que é a forma da preguiça diante da necessidade de ação) do que para iniciativas. A decisão sempre pode esperar. A oposição oculta passou à ofensiva e, no vácuo oficial, a outra vem a reboque.

O saldo do primeiro mandato é pequeno

para a expectativa que veio com ele das urnas – e ao qual deu o nome de estabilização. Fez reformas, mas não todas. Há muito a completar. Fez o possível no caso das reformas e reservou o impossível para a reeleição. Em todo caso, foi insuficiente para confiar a condução política ao acaso, esse deus em eterna disponibilidade desde o descobrimento do Brasil.

O resultado do primeiro mandato deveria dar para o consumo da oposição e do governo mas parece que vai faltar. Fernando Henrique não aprendeu a lidar com oposição e tem dificuldades até com políticos que estão do seu lado. Quando teve de operar com o PSDB e o PFL em aliança eleitoral, não foi bem. Incomodava aos social-democratas a relação de intimidade. Não pela eleição, mas pela conseqüência depois no governo. O presidente mostrou convicção pessoal em assunto que recomendava cautela e conveniência. Não se joga impunemente com idéias e conceitos neoliberais. O presidente desagradou os que votaram nele na certeza de que era tudo conveniência eleitoral e não ato de conversão.

O segundo mandato (sem possibilidade de terceiro) será a última oportunidade de Fernando Henrique. Ficou devendo, além das reformas, a reconciliação com as idéias anteriores. Precisará pelo menos amortizar no segundo governo a dívida que não honrou no primeiro, e não foi escutada nas urnas. Podia ter aprendido com Mário Covas que ressalvou o que era contingência e o que continua convicção. O eleitorallo aceita a volta atrás com emoção. A História também se rejubila.